



Contrato nº 2025.000021.22101.01

Processo nº 2024-XXMVG. Edital de Credenciamento nº 001/2025.

Processo 2025-QJS22.

Inexigibilidade de Licitação – art. 74, inciso IV da Lei Federal nº 14.133/21.

ID CidadES nº 2025.500E0600001.10.0006.

CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA E O BANCO BRADESCO S.A, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARRECADAÇÃO DAS RECEITAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO E DEMAIS ÓRGÃOS E ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA, BEM COMO DAS RECEITAS EM FAVOR DO FUNDO ESPECIAL DO PODER JUDICIÁRIO – FUNPEJ, DOS TRIBUTOS ESTADUAIS, DÍVIDA ATIVA, MULTAS, TAXAS PÚBLICAS E OUTROS CRÉDITOS NÃO TRIBUTÁRIOS.

O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**, adiante denominada CONTRATANTE, inscrita no CNPJ sob o nº 27.080.571/0001-30, com sede na Av. João Batista Parra, 600, Enseada do Suá, Vitória, CEP 29050-375, representada legalmente pelo seu Subsecretário de Estado para Assuntos Administrativos respondendo, Sr. **ALEX FAVALESSA DOS SANTOS**, nomeado(a) pelo Decreto/Portaria nº 1101-S, de 10 de junho de 2024, portador da Matrícula Funcional nº 3692710, e o **BANCO BRADESCO S.A**, doravante denominada CONTRATADA, sediada na Rua Benedito Américo de Oliveira, SN – Vila Yara Núcleo Cidade de Deus, Osasco/SP, telefone: (11) 3684-3175, inscrita no CNPJ sob o nº 60.746.948/0001-12, neste ato representado por suas representantes, Sra. **DANIELA SAMPAIO DE SOUZA OYADOMARI**, e Sra. **ELIETE MARIA MARTINS DE SOUZA**, conforme atos constitutivos da empresa ou procuração apresentada nos autos, ajustam o presente CONTRATO de prestação de serviços de arrecadação das receitas do Estado do Espírito Santo e demais órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta, bem como das receitas em favor do Fundo Especial do Poder Judiciário – FUNPEJ, dos tributos estaduais, dívida ativa, multas, taxas públicas e outros créditos não tributários, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Estadual Nº 9.090/2008, Decreto Estadual nº 5.545-R/2023, Decreto 5.352-R/2023 e Portaria da Secretaria de Estado da Fazenda do Espírito Santo nº 05-R de 09 de janeiro de 2025 e alterações posteriores, de acordo com o Edital de Credenciamento nº 001/2025 e os termos dos processos acima mencionados, parte integrante deste instrumento independente de transcrição, juntamente com a Proposta apresentada pela CONTRATADA, ficando, porém, ressalvadas como não transcritas as condições nela estipuladas que contrariem as disposições deste CONTRATO, que se regerá pelas Cláusulas Seguintes.

1 - CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO



1.1 - O objeto do presente instrumento é a contratação de Agente Arrecadador para prestação de serviços de arrecadação das receitas do Estado do Espírito Santo e demais órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta, bem como das receitas em favor do Fundo Especial do Poder Judiciário – FUNPEJ, dos tributos estaduais, dívida ativa, multas, taxas públicas e outros créditos não tributários, utilizando-se para esse fim o Documento Único de Arrecadação – DUA ou outro documento de arrecadação que venha ser utilizado, de competência do Estado do Espírito Santo, por meio de todas as suas agências e rede credenciada, existentes e que venham a ser criadas, nas condições estabelecidas no Termo de Referência, Anexo I.

1.2 - Integram este Contrato, como partes indissociáveis e independentemente de transcrição, os seguintes anexos:

- (a) o Estudo Técnico Preliminar;
- (b) o Edital e todos os seus Anexos;
- (c) a Proposta Comercial da Contratada;
- (d) a Portaria SEFAZ/ES nº 005-R/2025 e alterações posteriores.

2 - CLÁUSULA SEGUNDA: DO PREÇO

2.1 - Pela prestação de serviço de arrecadação o CONTRATADO receberá a importância de R\$0,75 (setenta e cinco centavos) por meio do Canal de Atendimento Eletrônico: autoatendimento, internet, home office banking, mobile, e R\$1,62 (um real e sessenta e dois centavos) por meio do correspondente bancário da instituição credenciada, de acordo com a determinação da Portaria 005-R/2025 e suas alterações posteriores, ou outro valor a ser definido por meio de Portaria editada pela Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ.

2.2 - O valor total estimado da contratação é de **R\$ 8.299.999,35 (oito milhões duzentos e noventa e nove mil novecentos e noventa e nove reais e trinta e cinco centavos)**.

2.3 - No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

2.4 - O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

2.5 - Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano. Os preços poderão ser reajustados, a critério da Sefaz, a partir de 1º de janeiro de cada exercício, mediante publicação de Portaria com atualização dos valores.



2.6 - O reequilíbrio econômico e financeiro, em qualquer de suas espécies, em especial o reajuste, observará, conforme a natureza do objeto contratual, as regras previstas nos arts. 45 a 53 do Decreto Estadual nº 5545-R/2023 e na Lei Federal nº 14.133/2021, inclusive quanto à renúncia irrevogável por ausência de requerimento formal durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação (art. 46 do Decreto).

2.7 - Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, será adotado o novo índice definido para a Administração Estadual na contratação de serviços semelhantes.

2.8 - O reajuste de preços será formalizado por apostilamento.

2.9 - Os reajustes não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133, de 2021.

3 - CLÁUSULA TERCEIRA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1 - O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4 - CLÁUSULA QUARTA: DO PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL

4.1 - O prazo de vigência da contratação é de 05 (cinco) anos e terá início no dia posterior ao da publicação do respectivo instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas - PCNP, sendo finalizado com a entrega, recebimento e pagamento, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

4.2 - A gestão do contrato, inclusive quanto à prorrogação, deve observar o que disposto no art. 22 do Decreto Estadual nº 5545-R/2023 e em orientações complementares da Administração Estadual.

4.3 - Aplica-se a este Contrato a hipótese de extinção prevista no art. 106, III, da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante justificativa da medida excepcional e prévia oitiva da Procuradoria Geral do Estado.

5 - CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento.

5.2 - A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- a) Gestão/Unidade: 220101- 220901.
- b) Fonte de Recursos: 500 e 759.



- c) Programa de Trabalho: 10.22.901.04.123.0050.2151.
- d) Elemento de Despesa: 3.3.90.39.
- e) Plano Interno: 2151 - Gestão Fiscal, Contábil e Financeira do Estado.

5.3 - A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

6 - CLÁUSULA SEXTA: GARANTIA DE EXECUÇÃO

6.1 - Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

7 - CLÁUSULA SÉTIMA: DA ENTREGA E RECEBIMENTO DO PRODUTO

7.1 - O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

8 - CLÁUSULA OITAVA: DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

8.1 - Compete à Contratada:

8.1.1 Realizar os serviços de acordo com as condições e prazos propostos.

8.1.2 Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo setor competente da Contratante.

8.1.3 Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, conforme dispõe o inciso XVI do art. 92 da Lei Federal 14.133/2021 e exigidas no credenciamento.

8.1.4 Garantir a execução qualificada do contrato.

8.1.5 Executar os serviços ajustados nos termos do item 1 por intermédio de suas agências e rede credenciada.

8.1.6 Registrar as ocorrências ocorridas durante a execução do contrato, de tudo dando ciência à CONTRATANTE, respondendo integralmente por sua omissão.

8.1.7 Receber os valores consignados em documento próprio de arrecadação, padronizado pela Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ, contendo o código de barras com base no padrão da Federação Brasileira dos Bancos – FEBRABAN.



8.1.8 Autenticar mecanicamente os pagamentos nos campos próprios, ou emissão de documentos que comprovem os recolhimentos das referidas guias, de modo a identificar o estabelecimento recebedor, a máquina utilizada, o número da operação, a data e a quantia recebida.

8.1.9 Transmitir ao Agente Centralizador, diariamente, por meio eletrônico e em intervalos de 30 (trinta) em 30 (trinta) minutos, arquivos magnéticos com base no padrão FEBRABAN, possibilitando o repasse da informação à SEFAZ, pelo Agente Centralizador, no mesmo intervalo.

8.1.10 Enviar, até às 23h59min (horário limite), do mesmo dia da autenticação do documento, o último arquivo magnético de arrecadação ao Agente Centralizador.

8.1.11 Corrigir e retransmitir, até às 12h00min do primeiro dia útil subsequente ao da autenticação do documento, o registro apontado como inconsistente nos arquivos magnéticos de retorno, no caso de apuração de inconsistências pelo Agente Centralizador, bem como efetuar, dentro do mesmo prazo, o repasse financeiro ao Agente Centralizador do Caixa Único do Governo do Estado do Espírito Santo.

8.1.12 Guardar em seu poder os documentos autenticados após aceitação do arquivo magnético por 06 (seis) meses. Decorrido este prazo, os mesmos poderão ser inutilizados.

8.1.13 Promover publicidade, sem ônus para a CONTRATANTE, objetivando incentivar o contribuinte a efetuar o pagamento dos créditos estaduais em sua rede de estabelecimentos, sem que haja restrição se o contribuinte é cliente ou não.

8.1.14 Guardar, por si, seus sócios, diretores, prepostos, empregados e associados, em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados ou que, por qualquer modo, venha a tomar conhecimento em razão dos serviços que lhe forem confiados, o mais completo e absoluto sigilo, ficando, portanto, por força de Lei civil e criminal, responsável por sua indevida divulgação, descuidada ou incorreta utilização, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos a que der causa.

8.1.15 Prestar informações a respeito de recebimentos efetuados durante o prazo de até 5 (cinco) anos a contar da data de arrecadação do documento.

8.1.16 Manter, no Estado do Espírito Santo, representante legitimado para dirimir dúvidas e apreciar quaisquer questões inerentes ao agente arrecadador.

8.1.17 Responsabilizar-se pela ocorrência das seguintes hipóteses no documento de arrecadação: arrecadação em documento impróprio; documento de arrecadação que contiver emendas ou rasuras; arrecadação em documento estiver vencido,



ressalvado o DUA HABILITAÇÃO, que pode ser recebido após o vencimento, por não constar data no código de barras; e o extravio de documentos sujeitará ao Agente Arrecadador a multa por documento extraviado, além de arcar com os encargos legais pelo recolhimento fora do prazo, ou demais de acordo com novas publicações de regulamento pela SEFAZ.

8.1.18 Demais obrigações decorrentes da Portaria SEFAZ/ES nº 05-R/2025 e suas alterações, que devem ser de inteiro conhecimento da CONTRATADA.

8.1.19 O representante da CONTRATADA deverá realizar o cadastro no Sistema Corporativo de Gestão de Documentos Arquivísticos Digitais EDOCS do Governo do Estado do Espírito Santo para envio e recebimento de documentos oficiais;

8.1.20 Atender as disposições previstas no Termo de Referência.

8.2 - Compete à Contratante:

8.2.1 - Efetuar o pagamento do preço previsto nos termos deste contrato;

8.2.2 - Definir o local para entrega de execução dos serviços;

8.2.3 - Designar servidor(es) responsável(is) pelo acompanhamento e fiscalização da entrega do objeto;

8.2.4 - Emitir decisão sobre eventuais solicitações ou reclamações relacionadas à execução dos contratos no prazo máximo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período;

8.2.5 - Atestar os serviços prestados efetivamente de acordo com as Cláusulas do Contrato e da Portaria SEFAZ nº 05-R/2025 e alterações posteriores;

8.2.6 - Comunicar a Contratada nos casos de alteração de procedimentos a ser realizada por meio de Portaria, ficando sob a responsabilidade da CONTRATADA sua correta aplicação;

8.2.7 - Atender as disposições previstas no Termo de Referência.

8.3 - Da Proteção de Dados Pessoais.

8.3.1 - **Proteção de dados, coleta e tratamento.** Sempre que tiverem acesso ou realizarem qualquer tipo de tratamento de dados pessoais, as partes comprometem-se a envidar todos os esforços para resguardar e proteger a intimidade, vida privada, honra e imagem dos respectivos titulares, observando as normas e políticas internas relacionadas a coleta, guarda, tratamento, transmissão e eliminação de dados pessoais, especialmente as previstas na Lei Federal nº 13.709/2018 (“Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais”), no Decreto Estadual nº 4922-R, de 09 de julho de 2021, e demais normas legais e regulamentares aplicáveis.



8.3.2 - Caso o objeto envolva o tratamento de dados pessoais com fundamento no consentimento do titular, a CONTRATADA deverá observar, ao longo de toda a vigência do Contrato, todas as obrigações legais e regulamentares específicas vinculadas a essa hipótese legal de tratamento.

8.3.3 - Ao receber o requerimento de um titular de dados, na forma prevista nos artigos 16 e 18 da Lei Federal nº 13.709/2018, a CONTRATADA deverá:

8.3.3.1 - Notificar imediatamente a CONTRATANTE;

8.3.3.2 - Auxiliá-la, quando for o caso, na elaboração da resposta ao requerimento; e

8.3.3.3 - Eliminar todos os dados pessoais tratados com base no consentimento em até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do requerimento do titular.

8.3.4 - Necessidade. As partes armazenarão dados pessoais apenas pelo período necessário ao cumprimento da finalidade para a qual foram originalmente coletados e em conformidade com as hipóteses legais que autorizam o tratamento.

8.3.5 - As partes devem assegurar que o acesso a dados pessoais seja limitado aos empregados, prepostos ou colaboradores e eventuais subcontratados que necessitem acessar os dados pertinentes, na medida em que sejam estritamente necessários para o cumprimento deste Contrato e da legislação aplicável, assegurando que todos esses indivíduos estejam sujeitos a obrigações de sigilo e confidencialidade.

8.3.6 - A CONTRATADA deve, enquanto operadora de dados pessoais, implementar medidas técnicas e organizacionais apropriadas para o cumprimento das obrigações da CONTRATANTE previstas na Lei Federal nº 13.709/2018.

8.3.7 - Proteção de dados e incidentes de segurança. Considerando as características específicas do tratamento de dados pessoais e o estado atual da tecnologia, a CONTRATADA deverá adotar medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados e informações de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

8.3.8 - A CONTRATADA deverá notificar a CONTRATANTE imediatamente sobre a ocorrência de incidentes de segurança relacionados a dados pessoais, fornecendo informações suficientes para que a CONTRATANTE cumpra quaisquer deveres de comunicação, dirigidos à Autoridade Nacional de Proteção de Dados e/ou aos titulares dos dados, acerca do incidente de segurança.

8.3.9 - As partes deverão adotar as medidas cabíveis para auxiliar na investigação e na mitigação das consequências de cada incidente de segurança.

8.3.10 - Transferência internacional. É vedada a transferência de dados pessoais pela CONTRATADA para fora do território do Brasil sem o prévio consentimento, por escrito, da CONTRATANTE, e demonstração da observância da adequada proteção desses dados, cabendo à CONTRATADA a responsabilidade pelo cumprimento da



legislação de proteção de dados ou de privacidade de outro(s) país(es) que for aplicável.

8.3.11 - Responsabilidade. A CONTRATADA responderá por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados a CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes do descumprimento da Lei Federal nº 13.709/2018, no Decreto Estadual nº 4922-R, de 09 de julho de 2021 e outras normas legais ou regulamentares relacionadas a este Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização da CONTRATANTE em seu acompanhamento.

8.3.12 - Eventual subcontratação, mesmo quando autorizada pela CONTRATANTE, não exime a CONTRATADA das obrigações decorrentes deste Contrato, permanecendo integralmente responsável perante a CONTRATANTE mesmo na hipótese de descumprimento dessas obrigações por subcontratada.

8.3.13 - A CONTRATADA deve colocar à disposição da CONTRATANTE, quando solicitado, toda informação necessária para demonstrar o cumprimento do disposto nestas cláusulas, permitindo a realização de auditorias e inspeções, diretamente pela CONTRATANTE ou por terceiros por ela indicados, com relação ao tratamento de dados pessoais.

8.3.14 - A CONTRATADA deve auxiliar a CONTRATANTE na elaboração de relatórios de impacto à proteção de dados pessoais, observado o disposto no artigo 38 da Lei Federal nº 13.709/2018, relativo ao objeto deste Contrato.

8.3.15 - Se a CONTRATANTE constatar que dados pessoais foram utilizados pela CONTRATADA para fins ilegais, ilícitos, contrários à moralidade ou mesmo para fins diversos daqueles necessários ao cumprimento deste Contrato, a CONTRATADA será notificada para promover a cessação imediata desse uso, sem prejuízo da rescisão do Contrato e de sua responsabilização pela integralidade dos danos causados.

8.3.16 - Eliminação. Extinto o Contrato, independentemente do motivo, a CONTRATADA deverá em, até 10 (dez) dias úteis, contados da data de seu encerramento, devolver todos os dados pessoais a CONTRATANTE ou eliminá-los, inclusive eventuais cópias, certificando a CONTRATANTE, por escrito, do cumprimento desta obrigação.

9 - CLÁUSULA NONA: DOS ADITAMENTOS

9.1 - O presente contrato poderá ser aditado, estritamente, nos termos previstos na Lei 14133/2021, após manifestação formal da Procuradoria Geral do Estado.

10 - CLÁUSULA DÉCIMA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 - Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;



- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2 - Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133/2021);
- b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133/2021);
- c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021);
- d) Multa.

10.3 - A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133/2021).

10.3.1 - As sanções previstas nas alíneas “a”, “b” e “c” do item 10.2 não são cumulativas entre si, mas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133/2021).

10.3.2 - Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133/2021).

10.3.3 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado,



além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133/2021).

10.3.4 - Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.4 - O Agente Arrecadador poderá ter o contrato rescindido unilateralmente, independente das penalidades aplicáveis, quando infringir as normas da Portaria SEFAZ/ES nº 05-R/2025, e do Instrumento Contratual sob a égide da Lei 14.133/21, desde que observado o contraditório e a ampla defesa em processo administrativo próprio.

10.5 - O atraso no envio do repasse financeiro TED ao Agente Centralizador, sujeitará o Agente Arrecadador às seguintes penalidades cumulativamente:

- a) atualização monetária pela taxa Sistema de Liquidação e Custódia - SELIC (taxa vigente no mês) sobre o valor não repassado ou repassado a menor;
- b) multa de 1% (um por cento) por dia de atraso, limitada a 20%, sobre o valor não repassado; e (Redação da alínea dada pela Portaria SEFAZ Nº 6-R DE 10/02/2021).
- c) a Secretaria de Estado da Fazenda aplicará ao Agente Arrecadador responsável as penalidades advindas pelo atraso do repasse ao Agente Centralizador, hipótese em que os valores resultantes devem ser repassados diretamente ao Agente Centralizador.

10.6 - O atraso no envio do repasse financeiro ao Caixa Único do Governo Estadual e às contas indicadas pelo Poder Judiciário do Estado do ES, sujeitará o Agente Centralizador às seguintes penalidades cumulativamente:

- a) atualização monetária pela taxa SELIC (taxa vigente no mês) sobre o valor não repassado ou repassado a menor;
- b) multa de 1% (um por cento) sobre o valor não repassado ou repassado a menor;
- e
- c) as penalidades advindas pelo atraso do repasse ao Caixa Único e às contas indicadas pelo Poder Judiciário do Estado do ES serão aplicadas, respectivamente pela Secretaria de Estado da Fazenda e pelo Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo diretamente ao Agente Centralizador.

10.7 - Ficam os Agentes Arrecadadores obrigados a recolher os valores relativos às diferenças constatadas nos recebimentos e repasses, apurados pela SEFAZ/ES e pelo Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo.

10.8 - Nos casos de valores arrecadados não repassados ao Estado no prazo e até às 12h00min do primeiro dia útil subsequente ao da autenticação do documento para efetuar o repasse financeiro ao Agente Centralizador, ficam os Agentes Arrecadadores sujeitos ao pagamento de multa e juros de mora, conforme item 11.2, cuja penalidade será aplicada ao Agente Arrecadador que autenticar o documento.



10.9 - Pelo atraso no envio do arquivo magnético do Agente Arrecadador ao Agente Centralizador, conforme prazos até às 23h59min (horário limite), do mesmo dia da autenticação do documento, para envio do último arquivo magnético de arrecadação ao Agente Centralizador, o Agente Arrecadador infrator se sujeitará à seguinte penalidade:

I - 1,0 VRTE por documento, limitado no máximo a 200 VRTE's por arquivo.

10.10 - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021 para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, assim como as seguintes regras:

10.11.1 - Antes da aplicação de qualquer sanção administrativa, o órgão promotor do certame deverá notificar o licitante contratado, facultando-lhe a apresentação de defesa prévia;

10.11.2 - A notificação deverá ocorrer pessoalmente, eletronicamente, com confirmação de recebimento, ou por correspondência com aviso de recebimento, indicando, no mínimo: a conduta do licitante contratado reputada como infratora, a motivação para aplicação da penalidade, a sanção que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa;

10.11.3 - O prazo para apresentação de defesa prévia para a penalidade prevista na alínea "a" do subitem 11.3 será de 05 (cinco) dias úteis e 15 (quinze) dias úteis para as demais penalidades, a contar da data da intimação;

10.11.4 - O licitante contratado comunicará ao órgão promotor do certame as mudanças de endereço ocorridas no curso do processo licitatório e da vigência do contrato, considerando-se eficazes as notificações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência da comunicação;

10.11.5 - Ofertada a defesa prévia ou expirado o prazo sem que ocorra a sua apresentação, o órgão promotor do certame proferirá decisão fundamentada e adotará as medidas legais cabíveis, resguardado o direito de recurso do licitante que deverá ser exercido nos termos da Lei nº 14.133/2021;

10.11.6 - O recurso administrativo a que se refere à alínea anterior será submetido à análise da Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo – PGE.

10.4 - Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;



- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.5 - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

10.6 - A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133/2021).

10.7 - O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.8 - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

10.9 - Os montantes relativos às multas moratória e compensatória aplicadas pela Administração poderão ser cobrados judicialmente ou descontados dos valores devidos ao licitante contratado, relativos às parcelas efetivamente executadas do contrato;

10.10 - Em qualquer caso, se após o desconto dos valores relativos às multas restar valor residual em desfavor do licitante contratado, é obrigatória a cobrança judicial da diferença.

10.11 - Sem prejuízo da aplicação das sanções acima descritas, a prática de quaisquer atos lesivos à administração pública na licitação ou na execução do contrato, nos termos da Lei 12.846/2013, será objeto de imediata apuração observando-se o devido processo legal estabelecido no marco regulatório estadual anticorrupção.

11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA SUPERVENIENTE IRREGULARIDADE FISCAL OU TRABALHISTA



11.1 - Constatado que o Contratado não se encontra em situação de regularidade fiscal ou trabalhista, o mesmo será notificado para no prazo de 10 (dez) dias úteis regularizar tal situação ou, no mesmo prazo, apresentar defesa, observando-se o procedimento de aplicação de sanções.

11.2 - Transcorrido esse prazo, ainda que não comprovada a regularidade e que não seja aceita a defesa apresentada, o pagamento será efetuado, sem prejuízo da tramitação do procedimento de aplicação de sanções.

11.3 - Em não sendo aceitas as justificativas apresentadas pelo Contratado, será imposta multa de 2% (dois por cento) sobre o saldo contratual não executado.

11.4 - Depois de transcorridos 30 (trinta) dias úteis da notificação da multa, se a empresa não regularizar a pendência fiscal ou trabalhista, deverá a Administração decidir sobre iniciar ou não procedimento de rescisão do contrato, podendo deixar de fazê-lo se reputar que a extinção antecipada do contrato ocasionará expressivos prejuízos ao interesse público.

11.5 - Em se tratando de irregularidade fiscal decorrente de crédito estadual, o Contratante informará à Procuradoria Fiscal da Procuradoria Geral do Estado sobre os créditos em favor da empresa, antes mesmo da notificação à empresa.

12 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA RESCISÃO

12.1 - A rescisão do Contrato poderá ocorrer nas hipóteses e condições previstas nos arts. 137 a 139 da Lei 14.133/2021 e na Portaria SEFAZ/ES nº 05-R/2025 e alterações posteriores.

13 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DOS RECURSOS

13.1 - Os recursos, representação e pedido de reconsideração, somente serão acolhidos nos termos do arts. 165 a 168 da Lei 14.133/2021.

14 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

14.1 - A execução do contrato será acompanhada pela Gerência de Arrecadação e Cadastro – GEARC/SEFAZ, por meio de servidor responsável, designado representante da Administração, que deverá atestar a execução do objeto contratado, observadas as disposições deste Contrato, sem o que não será permitido qualquer pagamento, na forma do Decreto Estadual nº 5.545-R/2023 e demais condições previstas para a contratação.

14.2 - Competirá à Gerência de Finanças – GEFIN/SEFAZ, informar à Gerência de Arrecadação e Cadastro - GEARC/SEFAZ, o descumprimento das Cláusulas do Contrato que lhe couberem, para efeito de eventual aplicação de penalidades.

15 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DOS CASOS OMISSOS



15.1 - Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16 - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DO REPRESENTANTE DA CONTRATADA

16.1 - Representará a Contratada na execução do ajuste, como prepostas, Sra. Daniela Sampaio de Souza Oyadomari, supervisora Suporte Administrativo, casada, brasileira, e Sra. Eliete Maria Martins de Souza, analista Negócios Poder Público Pleno, casada, brasileira.

16.2 - O Representante indicado deverá realizar o cadastro no Sistema Corporativo de Gestão de Documentos Arquivísticos Digitais EDOCS do Governo do Estado do Espírito, para envio e recebimento de documentos oficiais.

17 - CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DO FORO

17.1 - Fica eleito o foro de Vitória, Comarca da Capital do Estado do Espírito Santo, para dirimir qualquer dúvida ou contestação oriunda direta ou indiretamente deste instrumento, renunciando-se expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

17.2 - Antes de qualquer providência jurisdicional visando solucionar dúvida quanto à interpretação do presente instrumento, as partes deverão buscar solução administrativa, com a participação da Procuradoria Geral do Estado, por intermédio de um ou mais meios de solução consensual de conflitos previstos na Lei Complementar Estadual nº 1.011/2022.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente em três vias de igual teor e forma, para igual distribuição, para que produza seus efeitos legais. A assinatura poderá ser realizada mediante usuário e senha (assinatura eletrônica) no Acesso Cidadão (<https://acessocidadao.es.gov.br/>), considerando a adoção do processo eletrônico E-Docs, ou através de certificado digital, conforme acordado entre as partes.

Vitória/ES, 18 de Março de 2025

Documento assinado digitalmente

ALEX FAVALESSA DOS SANTOS
Data: 18/03/2025 19:28:50-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Secretaria de Estado da Fazenda
Alex Favalessa Dos Santos
SUBSAD

DANIELA SAMPAIO DE SOUZA
OYADOMARI:89988779534
Assinado de forma digital por DANIELA SAMPAIO DE SOUZA OYADOMARI:89988779534
Versão do Adobe Acrobat Reader: 2023.008.20533

ELIETE MARIA MARTINS DE SOUZA:29402164871
Assinado de forma digital por ELIETE MARIA MARTINS DE SOUZA:29402164871
Versão do Adobe Acrobat Reader: 2019.010.20098

Banco Bradesco S.A
Daniela Sampaio de Souza Oyadomari
Representante Legal

Banco Bradesco S.A
Eliete Maria Martins de Souza
Representante Legal



GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria da Fazenda



ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA



GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria da Fazenda



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
SUBSECRETARIA DE ESTADO DA RECEITA ESTADUAL
GERÊNCIA DE ARRECADAÇÃO E CADASTRO

TERMO DE REFERÊNCIA

CONTRATAÇÃO DO BANCO BRADESCO S.A PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARRECADAÇÃO DAS RECEITAS EM FAVOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO E DEMAIS ÓRGÃOS E ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA E DAS RECEITAS EM FAVOR DO FUNDO ESPECIAL DO PODER JUDICIÁRIO – FUNPEJ.

VITÓRIA, 2025

1

2025-5PKNMQ - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 11/03/2025 14:45 PÁGINA 1 / 35

2025-CLJHZN - E-DOCS - CÓPIA SIMPLES 19/03/2025 09:47 PÁGINA 15 / 53



1. DO OBJETO

1.1. Contratação do Banco Bradesco S.A. como Agente Arrecadador para prestação de serviços de arrecadação das receitas em favor do Estado do Espírito Santo e demais órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta, bem como das receitas em favor do Fundo Especial do Poder Judiciário – FUNPEJ, indicados na tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência:

GRUPO	ITENS	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO CANAIS DE ATENDIMENTO	UNID.	SIGA	CATSERV	QUANT.	VR UNIT (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	1	Eletrônico (autoatendimento / cx programado, internet e home office banking e mobile).	Serviço	273476	13811	10.447.383	0,75	7.835.537,25
	2	Guichês de caixa da instituição credenciada e correspondente bancário e lotéricas.	Serviço	273476	13811	286.705	1,62	464.462,10
	3	Arrecadado via PIX (por QR CODE liquidado).	Serviço	273476	13811	0	0,10	0,00
VALOR TOTAL ESTIMADO PARA 5 (cinco) ANOS:								8.299.999,35

1.1. A justificativa para o agrupamento dos itens consiste em prestação única de serviço, com alteração somente de divisão de itens por canal de atendimento, visto que cada tipo apresenta um valor unitário.

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.



1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 5.352-R/2023.

1.4. O prazo de vigência da contratação, considerado o cronograma de execução desenvolvido, será de 05 (cinco) anos, tendo sido definido com base nas seguintes razões: Prestação de serviço contínuo e ininterrupto, pelo qual o Estado dispõe os meios de pagamentos para os contribuintes, garantindo, assim, o ingresso de receitas nos cofres públicos, com previsão de prorrogação até o limite total de 10 (dez) anos de vigência.

1.5. Realizado o credenciamento, como procedimento auxiliar de contratação, processado por edital, para chamamento público de instituições bancárias interessadas em prestar os serviços de arrecadação de receitas, conforme Portaria SEFAZ nº 05-R, de 09 de janeiro de 2025, art. 2º e 3º da Lei Estadual nº 9.090, de 23 de dezembro de 2008 e art. 6º, inc. XLIII, art. 74, inc. IV, art. 78 e 79 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e suas alterações.

1.6. O credenciamento estará disponível por prazo indeterminado, conforme estabelecido no Edital que o regulamenta e na Portaria SEFAZ nº 05-R, de 09 de janeiro de 2025, até disposição em contrário a ser estabelecida por ato próprio da autoridade competente.

1.7. A revogação do Edital de Credenciamento dependerá de prévia publicação, utilizando-se os mesmos meios empregados ao tempo de sua edição.

1.8. Os serviços que constituem o objeto da contratação a ser viabilizada pelo credenciamento visam atender aos cidadãos de todos os Municípios do Estado, conforme descrito no Estudo Técnico Preliminar correspondente.

1.9. Os serviços a serem contratados por meio do credenciamento deverão ser executados de acordo com os critérios estabelecidos pela SEFAZ mediante a Portaria nº 05-R, de 09 de janeiro de 2025, e demais legislações e normativos específicos da área.

1.10. A Instituição Bancária interessada deverá atender as condições estabelecidas no artigo 2º da Portaria SEFAZ nº 05-R, de 09 de janeiro de 2025, abaixo transcritos:

Art. 2º As Instituições Bancárias poderão se credenciar desde que satisfaçam as condições estabelecida no Edital de Credenciamento, bem como as seguintes condições:

I - estejam habilitadas pelo Banco Central do Brasil - BACEN, a funcionar com carteira comercial;



II - possuam 01 (uma) agência em, no mínimo, 50% dos municípios do Estado do Espírito Santo ou possuam, no mínimo, 01 (uma) agência em 70% dos Estados e Distrito Federal da Federação;

III - apresentem a relação de seus estabelecimentos, com a indicação dos respectivos endereços; e

IV - apresentem os documentos de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e de qualificação econômico-financeira estabelecidos no Edital de Credenciamento.

§ 1º A documentação comprobatória para atendimento das condições exigidas no caput será estabelecida no Edital de Credenciamento, devendo ser encaminhada digitalmente, para a Gerência de Arrecadação e Cadastro – GEARC, por meio do Sistema de Gestão de Documentos Arquivísticos Eletrônicos - E-Docs, ou entregue, excepcionalmente, nas hipóteses previstas no Edital, no Protocolo Geral da Secretaria de Estado da Fazenda do Espírito Santo – Sefaz.

§ 2º A documentação apresentada será analisada pelo agente de contratação e pela GEARC, que poderão, caso julguem necessário, promover diligências e solicitar informações adicionais para emissão do relatório conclusivo.

§ 3º Sem prejuízo das demais exigências tratadas nesta Portaria, a Instituição Bancária interessada em se habilitar a arrecadar os créditos do Estado, ao assinar o contrato de prestação de serviços, passará a denominar-se Agente Arrecador.

1.11. Os serviços previstos no Edital são aqueles descritos nos normativos da Secretaria de Estado da Fazenda, especialmente na Portaria nº 05-R, de 09 de janeiro de 2025.

1.12. A distribuição dos quantitativos é variável e orientada pela escolha dos contribuintes, conforme disponibilidade e região, quanto à Instituição Bancária para o pagamento do DUA, pelo que a quantidade e o valor a serem contratados constituem somente uma estimativa (e limite máximo) para cada Instituição Credenciada, ficando a execução e o pagamento condicionado à efetiva demanda.

1.13. O credenciamento das Instituições Bancárias será realizado de acordo com a manifestação de interesse e a análise de atendimento dos requisitos legais e editalícios e as contratações, por sua vez, serão celebradas a partir dos devidos credenciamentos.

1.14. O Banco Bradesco S.A. apresentou manifestação e documentos para credenciamento e após análises resultaram em sua habilitação e publicação do resultado



do Edital de Credenciamento nº 001/2025, credenciando o Banco Bradesco S.A. como Agente Arrecadador, conforme publicação na Imprensa Oficial e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) em 11/03/2025. Dessa forma, justifica-se a contratação direta da referida instituição para a prestação dos serviços de arrecadação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO.

2.1 - A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO.

3.1 - A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Da Sustentabilidade

4.1.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, deverão ser atendidos os seguintes requisitos: promover divulgações e programas para redução de utilização de papel e ampliação de utilização de canais eletrônicos e virtuais.

4.2. Da Subcontratação

4.2.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, por não se aplicar ao objeto, devendo ser executado diretamente pelas Instituições credenciadas de forma integral.

4.3. Da Garantia de Execução

4.3.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, pelas seguintes razões:

- a) Os valores a serem contratados são estimados, dependem da demanda, podendo ser inferiores ou superiores aos previstos, e a forma de execução prevê penalidades em caso de descumprimento pela Instituição Bancária.
- b) Os recursos arrecadados pelos Agentes Arrecadadores serão repassados, no primeiro dia útil subsequente ao do recebimento, ao Agente Centralizador do Caixa Único do Governo do Estado do Espírito Santo e do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo, atendendo as disposições contidas no Decreto nº 2.076-R, de 20 de junho de 2008, e no art. 148 da Constituição Estadual.



- c) Em relação ao Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo serão atendidas as disposições contidas no Ato Normativo TJ/ES nº 196/2002, publicado no Diário da Justiça em 22/02/02, e na Lei Complementar nº 219, de 27 de dezembro de 2001 - Criação do FUNPEJ.
- d) Se o repasse não for efetuado ou se for realizado a menor pelo Agente Arrecadador ao Agente Centralizador, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após o período estabelecido no Art. 7º da Portaria SEFAZ nº 05-R de 09 de janeiro de 2025, serão aplicadas sanções ao Agente Arrecadador, conforme cláusula contratual, devendo o Agente Arrecadador fechar todos os canais de atendimento para o recebimento de DUA.
- e) Os Agentes Arrecadores transmitirão ao Agente Centralizador, diariamente, por meio eletrônico e em intervalos máximos de 30 minutos, arquivos magnéticos com base no padrão FEBRABAN, possibilitando ao Agente Centralizador o repasse das informações à SEFAZ/ES e ao Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo, nos mesmos intervalos de tempo, observado o disposto no § 2º do art. 6º da Portaria SEFAZ nº 05-R, de 09 de janeiro de 2025.
- f) O contrato de arrecadação é estruturado de forma a que o montante arrecadado em determinado dia seja transferido para o Agente Centralizador, que no momento em que o pagamento for recepcionado, comunicará, de forma instantânea, à SEFAZ e o Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo, utilizando a ferramenta *Webhook*, que é disponibilizada para os pagamentos realizados por meio do PIX e, em até 30 minutos, para os pagamentos realizados utilizando o código de barras.
- g) O montante a ser estabelecido para a prestação de eventual garantia seria de difícil parametrização, tendo em vista a dificuldade em prever o montante arrecadado por cada instituição bancária.
- h) Além da relação contratual com a Secretaria de Estado da Fazenda, instituições bancárias precisarão resguardar a relação com os seus clientes, logo, essas instituições também manterão o interesse de que os recolhimentos efetuados em sua rede sejam efetivamente baixados no Sistema de Informações Tributárias para não causar transtornos aos seus correntistas.

5 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 Das Condições de Entrega

- 5.1.1 O prazo de entrega dos serviços objeto da contratação por credenciamento dar-se-á após a celebração de Contrato com a Instituição credenciada. Estima-se o mesmo prazo para início da execução dos serviços pela Contratada com o de início de vigência do Contrato



5.1.2 Caso não seja possível o início na data estimada, a Contratada deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 1 (um) dia de antecedência, ressalvadas as situações de caso fortuito e força maior

5.2 Condições de Execução

5.2.1 Os serviços serão executados de acordo com a Portaria SEFAZ nº 05-R de 09 de janeiro de 2025, nos seguintes prazos e condições:

5.2.1.1 Os recursos arrecadados pelos Agentes Arrecadores serão repassados, no primeiro dia útil subsequente ao do recebimento, ao Agente Centralizador do Caixa Único do Governo do Estado do Espírito Santo e do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo, atendendo as disposições contidas no Decreto nº 2.076-R, de 20 de junho de 2008, e no art. 148 da Constituição Estadual;

5.2.1.2 Os Agentes Arrecadores transmitirão ao Agente Centralizador, diariamente, por meio eletrônico e em intervalos máximos de 30 minutos, arquivos magnéticos com base no padrão FEBRABAN, possibilitando ao Agente Centralizador o repasse das informações à SEFAZ/ES e ao Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo, nos mesmos intervalos de tempo, e, em caso de arrecadação de receitas estaduais por meio do Pix, instituído pela Resolução BCB nº 1, de 12 de agosto de 2020, do Banco Central do Brasil, o Agente Centralizador, no momento em que o pagamento for recepcionado, comunicará, de forma instantânea, à SEFAZ e ao Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo utilizando a ferramenta *Webhook*;

5.2.1.3 O Agente Centralizador fará consistência imediata de cada arquivo magnético recebido, inclusive verificando o registro na base da SEFAZ/ES e do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo, antes de gerar o retorno/confirmação das informações contidas no arquivo magnético para o Agente Arrecador;

5.2.1.4 O Agente Arrecador terá até às 23h59min (horário limite), do mesmo dia da autenticação do documento, para envio do último arquivo magnético de arrecadação ao Agente Centralizador;

5.2.1.5 O Agente Centralizador, após a confirmação de recebimento do último arquivo magnético do movimento do dia, efetuará a validação de todos os documentos recebidos junto à SEFAZ/ES e ao Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo;

5.2.1.6 O Agente Arrecador terá até às 12h00min do primeiro dia útil subsequente ao da autenticação do documento para efetuar o repasse financeiro ao Agente Centralizador;

5.2.1.7 O valor do repasse financeiro por meio de TED - Transferência Eletrônica Disponível será igual à soma de todos os valores dos arquivos magnéticos transmitidos



pelos Agentes Arrecadores e confirmados, em arquivo retorno, pelo Agente Centralizador;

5.2.1.8 Os recursos recebidos por meio do DUA pelo Agente Arrecador serão transferidos para o Agente Centralizador via Sistema de Pagamento Brasileiro – SPB;

5.2.1.9 O Agente Centralizador repassará os recursos financeiros, separadamente, ao Caixa Único do Governo Estadual e às contas indicadas pelo Poder Judiciário do Estado do ES, de forma consolidada, até às 8h00min do segundo dia útil subsequente ao da arrecadação;

5.2.1.10 O montante a ser repassado ao Caixa Único do Estado e às contas indicadas pelo Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo, pelo Agente Centralizador, será igual à soma de todos os valores dos documentos recebidos pelos Agentes Arrecadores e transferidos dentro dos horários estabelecidos, incluídos os valores arrecadados por meio de Pix;

5.2.1.11 No que se refere à arrecadação de receitas destinadas ao Caixa Único do Estado, no mesmo dia do repasse, o Agente Centralizador deve reter e distribuir as receitas estaduais a cada destinatário, de acordo com o tipo de arrecadação, obedecendo à legislação vigente;

5.2.1.12 Serão considerados, para efeito de base de cálculo da remuneração, os documentos cuja arrecadação ocorrer do primeiro até o último dia útil do mês da prestação dos serviços, cujas planilhas deverão ser encaminhadas à SEFAZ até o décimo dia do mês subsequente;

5.2.1.13 O Agente Centralizador enviará em separado para a SEFAZ/ES e para o Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo relatório para a conferência e a confirmação das planilhas encaminhadas pelos Agentes Arrecadores, contendo o número de autenticações e valores efetuados até o décimo dia do mês subsequente;

5.2.1.14 Os documentos autenticados deverão permanecer em poder dos Agentes Arrecadores credenciados por 06 (seis) meses, após aceitação do arquivo magnético; decorrido este prazo, os documentos poderão ser inutilizados pelos Agentes Arrecadores;

5.2.1.15 Os Agentes Arrecadores ficarão obrigados a prestar informações a respeito de recebimentos efetuados durante o prazo de até 5 (cinco) anos a contar da data de arrecadação do documento;

5.2.2 Demais condições quanto à execução dos serviços:



5.3 Garantia, Manutenção e Assistência Técnica

5.3.1 Serviços como garantia, manutenção e assistência técnica não se aplicam à contratação a ser viabilizada por meio do credenciamento objeto deste Termo de Referência por tratar-se de prestação de serviços contínuos sem inclusão de materiais de consumo, materiais permanentes e/ou equipamentos.

5.3.2 A Contratada deverá ter meios para garantir o pleno funcionamento dos equipamentos e sistemas necessários, bem como estrutura de pessoal para a realização do serviço sem nenhum ônus adicional para a Contratante.

5.3.3 A Contratada deverá notificar à contratante, de modo imediato, quaisquer eventualidades que impeçam a execução do serviço e a efetiva arrecadação dos tributos estaduais, dívida ativa, multas, taxas públicas e outros créditos não tributários, devendo realizar as providências necessárias para não gerar prejuízos na prestação de serviços.

6 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 As comunicações entre o órgão e a contratada deverão ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.3 O órgão poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.4 Após a assinatura do contrato, o órgão poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.5 Além do disposto acima, a gestão e fiscalização contratual obedecerão às seguintes rotinas:

6.5.1 A autoridade competente designará formalmente o servidor e/ou comissão responsável pelo acompanhamento, fiscalização e monitoramento da execução do objeto da contratação.



6.7.2 Foco na Conformidade com Requisitos e Obrigações:

6.7.2.1 A avaliação do desempenho das Instituições Bancárias ocorre com base no cumprimento dos requisitos legais, regulamentares e contratuais estabelecidos no edital de credenciamento e no contrato firmado. Essa abordagem assegura a entrega adequada dos serviços, tornando o IMR desnecessário.

6.7.3 Custo-Benefício e Eficiência administrativa:

6.7.3.1 A adoção de um IMR em processos de credenciamento, além de desnecessária, geraria custos adicionais e demandas administrativas para seu desenvolvimento, implementação e monitoramento, sem agregar valor significativo ao processo.

6.8 Do Acompanhamento e da Fiscalização

6.8.1 A execução do Contrato será acompanhada pela Gerência de Arrecadação e Cadastro – GEARC/SEFAZ, por meio dos servidores designados como representantes da Administração na forma do Decreto Estadual nº 5.545-R/2023 e nas demais condições previstas para a contratação.

6.8.2 Competirá à Gerência de Finanças – GEFIN/SEFAZ informar à Gerência de Arrecadação e Cadastro - GEARC/SEFAZ o descumprimento das Cláusulas do Contrato que lhe couberem, para efeito de eventual aplicação de penalidades.

7 DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

7.1 Compete à CONTRATANTE:

7.1.1 Alocar os recursos orçamentários e financeiros necessários à contratação e efetuar o pagamento do preço previsto nos termos do contrato.

7.1.2 Designar servidor(es) responsável(is) pelo acompanhamento e fiscalização da entrega dos produtos adquiridos.

7.1.3 Emitir decisão sobre eventuais solicitações ou considerações relacionadas à execução dos contratos no prazo máximo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

7.1.4 Atestar os serviços prestados efetivamente de acordo com as Cláusulas do Contrato e da Portaria SEFAZ nº 05-R/2025.



7.1.5 Comunicar a Contratada nos casos de alteração de procedimentos a ser realizada por meio de Portaria, ficando sob a responsabilidade da CONTRATADA sua correta aplicação.

7.1.6 As demais obrigações são decorrentes da Portaria nº 05-R/2025, que deverá integrar o vertente contrato para todos os efeitos, estando a ela vinculada expressamente a CONTRATADA, detentora do inteiro conhecimento dos seus termos.

7.2 Compete à CONTRATADA:

7.2.1 Realizar os serviços de acordo com as condições e prazos propostos.

7.2.2 Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo setor competente da Contratante.

7.2.3 Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, conforme dispõe o inciso XVI do art. 92 da Lei Federal 14.133/2021 e exigidas no credenciamento.

7.2.4 Garantir a execução qualificada do contrato.

7.2.5 Executar os serviços ajustados nos termos do item 1 por intermédio de suas agências e rede credenciada.

7.2.6 Registrar as ocorrências ocorridas durante a execução do contrato, de tudo dando ciência à CONTRATANTE, respondendo integralmente por sua omissão.

7.2.7 Receber os valores consignados em documento próprio de arrecadação, padronizado pela SEFAZ e pelo Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo, contendo o código de barras com base no padrão da Federação Brasileira dos Bancos – FEBRABAN.

7.2.8 Autenticar mecanicamente os pagamentos nos campos próprios, ou emissão de comprovantes que confirmem os recolhimentos dos referidos documentos, de modo a identificar o estabelecimento recebedor, a máquina utilizada, o número da operação, a data e a quantia recebida.

7.2.9 Transmitir ao Agente Centralizador, diariamente, por meio eletrônico e em intervalos máximos de 30 (trinta) minutos, arquivos magnéticos com base no padrão FEBRABAN, possibilitando ao Agente Centralizador o repasse das informações à



SEFAZ e ao Poder judiciário do Estado do Espírito Santo, nos mesmos intervalos de tempo.

7.2.10 Enviar, até às 23h59min (horário limite), do mesmo dia da autenticação do documento, o último arquivo magnético de arrecadação ao Agente Centralizador.

7.2.11 Efetuar o repasse financeiro ao Agente Centralizador, até às 12:00 horas do primeiro dia útil subsequente ao da autenticação do documento.

7.2.12 Guardar em seu poder os documentos autenticados após aceitação do arquivo magnético por 06 (seis) meses. Decorrido este prazo, os documentos poderão ser inutilizados.

7.2.13 Promover publicidade, sem ônus para a SEFAZ, objetivando incentivar o contribuinte a efetuar o pagamento dos créditos estaduais em sua rede de estabelecimentos, sem que haja restrição quanto ao contribuinte ser cliente ou não.

7.2.14 Guardar, por si, seus sócios, prepostos, empregados e associados, absoluto sigilo em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos manuseados, ou que, por qualquer modo, venham a tomar conhecimento em razão dos serviços que lhe forem confiados, podendo ser responsabilizados civil e criminalmente por sua indevida divulgação, descuidada ou incorreta utilização, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos a que der causa.

7.2.15 Prestar informações a respeito de recebimentos efetuados durante o prazo de até 5 (cinco) anos a contar da data de arrecadação do documento.

7.2.16 Manter, no Estado do Espírito Santo, representante legitimado para dirimir dúvidas e apreciar quaisquer questões inerentes ao agente arrecadador.

7.2.17 Responsabilizar-se pela ocorrência das seguintes hipóteses no documento de arrecadação: arrecadação em documento impróprio; documento de arrecadação que contiver emendas ou rasuras; arrecadação em documento cujo prazo para pagamento já estiver vencido, ressalvado o DUA HABILITAÇÃO, que pode ser recebido após o vencimento, por não constar data no código de barras; e o extravio de documentos sujeitará ao Agente Arrecadador sanção por documento extraviado, além de arcar com os encargos legais pelo recolhimento fora do prazo.

7.2.18 As demais obrigações são decorrentes da Portaria nº 05-R/2025, que devem ser de inteiro conhecimento dos Agentes Arrecadadores.

8 Da Proteção de Dados Pessoais.



8.1 **Proteção de dados, coleta e tratamento.** Sempre que tiverem acesso ou realizarem qualquer tipo de tratamento de dados pessoais, as partes comprometem-se a envidar todos os esforços para resguardar e proteger a intimidade, vida privada, honra e imagem dos respectivos titulares, observando as normas e políticas internas relacionadas a coleta, guarda, tratamento, transmissão e eliminação de dados pessoais, especialmente as previstas na Lei Federal nº 13.709/2018 (“Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais”), no Decreto Estadual nº 4922-R, de 09 de julho de 2021, e demais normas legais e regulamentares aplicáveis.

8.2 Caso o objeto envolva o tratamento de dados pessoais com fundamento no consentimento do titular, a CONTRATADA deverá observar, ao longo de toda a vigência do Contrato, todas as obrigações legais e regulamentares específicas vinculadas a essa hipótese legal de tratamento.

8.3 Ao receber o requerimento de um titular de dados, na forma prevista nos artigos 16 e 18 da Lei Federal nº 13.709/2018, a CONTRATADA deverá:

8.3.1 Notificar imediatamente a CONTRATANTE;

8.3.2 Auxiliá-la, quando for o caso, na elaboração da resposta ao requerimento; e

8.3.3 Eliminar todos os dados pessoais tratados com base no consentimento em até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do requerimento do titular.

8.4 **Necessidade.** As partes armazenarão dados pessoais apenas pelo período necessário ao cumprimento da finalidade para a qual foram originalmente coletados e em conformidade com as hipóteses legais que autorizam o tratamento.

8.5 As partes devem assegurar que o acesso a dados pessoais seja limitado aos empregados, prepostos ou colaboradores que necessitem acessar os dados pertinentes, na medida em que sejam estritamente necessários para o cumprimento deste Contrato e da legislação aplicável, assegurando que todos esses indivíduos estejam sujeitos a obrigações de sigilo e confidencialidade.

8.6 A CONTRATADA deve, enquanto operadora de dados pessoais, implementar medidas técnicas e organizacionais apropriadas para o cumprimento das obrigações da CONTRATANTE previstas na Lei Federal nº 13.709/2018.

8.7 **Proteção de dados e incidentes de segurança.** Considerando as características específicas do tratamento de dados pessoais e o estado atual da tecnologia, a CONTRATADA deverá adotar medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados e informações de acessos não autorizados e de situações acidentais



9.1.6 Os preços estipulados são fixos, com previsão de reajuste estipulado na Portaria 05-R/2025, não podendo conter demais meios de reajuste ou alteração do valor, devendo seguir o padrão adotado nas tabelas anexas da Portaria.

9.2 Do Recebimento

9.2.1 Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo fiscal ou comissão designada, consignando em relatório informações sobre a simples conferência da conformidade do que foi contratado (serviço prestado no mês de referência), em especial do quantitativo, tipo de canal de atendimento e demais informações constantes na nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente.

9.2.2 Os serviços executados poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser revistos no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da notificação por escrito da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.2.3 Caso haja irregularidades que impeçam o recebimento provisório, o fiscal, conforme o caso, deverá solicitar ao contratado, por escrito, as respectivas correções.

9.2.4 Após o recebimento provisório, o fiscal deverá manifestar-se sobre o cumprimento das exigências de caráter técnico da conformidade do documento recebido com as exigências contratuais, visando subsidiar o gestor do contrato no recebimento definitivo, no prazo de 03 (três) dias úteis.

9.2.5 O recebimento definitivo ocorrerá em 02 (dois) dias úteis a contar da manifestação do fiscal prevista no item 9.2.2, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado.

9.2.6 Caso haja irregularidades que impeçam o recebimento definitivo, o gestor, conforme o caso, deverá solicitar à contratada, por escrito, as respectivas correções no prazo de 02 (dois) dias úteis.

9.2.7 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

9.2.8 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.



9.2.9 O prazo para a solução, pela contratada, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

9.2.10 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos serviços nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

9.2.11 O recebimento provisório poderá ser dispensado nos casos em que a fiscalização consiga emitir sumariamente o termo de recebimento definitivo pela simplicidade ou quantidade recebida do objeto.

9.3 Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente

9.3.1 Para fins de exame da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, o fiscal deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

9.3.1.1 o prazo de validade;

9.3.1.2 a data da emissão;

9.3.1.3 os dados do contrato e do órgão contratante;

9.3.1.4 o período respectivo de execução do contrato;

9.3.1.5 o valor a pagar; e

9.3.1.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.3.2 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

9.3.3 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal.

9.3.4 O Contratado deverá apresentar nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente que registre o valor dos bens/serviços, o valor líquido da nota e o valor dos impostos sujeitos a retenção na fonte, inclusive o ISSQN (quando for o caso) e o destaque do Imposto de Renda na Fonte (conforme disposto na IN/RFB 1.234/2012, ou a que vier a substituí-la, e no Decreto Estadual 5.460-R/2023 e alterações posteriores), os quais serão retidos e recolhidos diretamente pela Administração contratante.



9.4 Condições de Habilitação no Curso da Execução Contratual

9.4.1 A Administração deverá verificar a manutenção das condições de habilitação na forma do inciso III do art. 10 do Decreto nº 5.545-R/2023.

9.4.2 Constatado que o Contratado não se encontra em situação de regularidade fiscal ou trabalhista, o mesmo será notificado para no prazo de 10 (dez) dias úteis regularizar tal situação ou, no mesmo prazo, apresentar defesa, observando-se o procedimento de aplicação de sanções.

9.4.3 Transcorrido esse prazo, ainda que não comprovada a regularidade e que não seja aceita a defesa apresentada, o pagamento será efetuado, sem prejuízo da tramitação do procedimento de aplicação de sanções.

9.4.4 Em não sendo aceitas as justificativas apresentadas pelo Contratado, será imposta multa de 2% (dois por cento) sobre o saldo contratual não executado.

9.4.5 Depois de transcorridos 30 (trinta) dias úteis da notificação da multa, se a empresa não regularizar a pendência fiscal ou trabalhista, deverá a Administração decidir sobre iniciar ou não procedimento de rescisão do contrato, podendo deixar de fazê-lo se reputar que a extinção antecipada do contrato ocasionará expressivos prejuízos ao interesse público.

9.4.6 Em se tratando de irregularidade fiscal decorrente de crédito estadual, o Contratante informará à Procuradoria Fiscal da Procuradoria Geral do Estado sobre os créditos em favor da empresa, antes mesmo da notificação à empresa.

9.5 Do Prazo de Pagamento

9.5.1 O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, nos termos do art. 31 do Decreto Estadual nº 5545-R/2023.

9.5.2 Ao enviar a solicitação de pagamento, o gestor do contrato deve especificar a data de vencimento da obrigação.

9.5.3 Decorrido o prazo indicado no item anterior, incidirá multa financeira nos seguintes termos:

$$VM = VF \times \frac{12}{100} \times \frac{ND}{360}$$

a. Onde:

b. VM = Valor da Multa Financeira.



c. VF = Valor da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente referente ao mês em atraso.

ND = Número de dias em atraso.

9.5.4 Incumbirão à Contratada a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso da fatura devida, a ser revisto e aprovado pela Contratante, juntando-se o cálculo da fatura.

9.5.5 A liquidação das despesas obedecerá rigorosamente ao estabelecido na Lei 4.320/1964, assim como na Lei Estadual 2.583/1971.

9.5.6 Se houver alguma incorreção na Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, a mesma será devolvida à Contratada para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação na nova Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, sem qualquer ônus ou correção a ser paga pela Contratante.

9.6 Da Forma de Pagamento

9.6.1 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

9.6.2 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.6.3 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.6.4 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.6.5 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO.

10.1 Forma de Seleção e Critério de Julgamento da Proposta

10.1.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento auxiliar de credenciamento, decorrente da configuração de situação de ineligibilidade de



licitação prevista no art. 74, inc. IV, da Lei Federal nº 14.133/2021, com adoção do critério de julgamento o interesse das Instituições Bancárias nos valores definidos pela SEFAZ e desde que atendam aos requisitos necessários.

10.1.2 A justificativa para adoção do referido critério está de acordo com a Lei Estadual nº 9.090, de 23 de dezembro de 2008, que institui normas para licitações na Administração Pública Estadual, visando a desburocratização nas aquisições públicas, e dispõe sobre o credenciamento, em conformidade com o Programa Estadual de Desburocratização, especificamente disposto em seu artigo 2º, a partir do qual se lê que o credenciamento é ato administrativo de chamamento público, processado por edital, destinado à contratação de serviços junto àqueles que satisfaçam os requisitos definidos pela Administração, observado o prazo de publicidade de, no mínimo, 15 (quinze) dias, iniciado depois de autorizado pela autoridade competente, consoante art. 4º da Lei Estadual nº 9.090/2008.

10.1.3 O artigo 3º da norma dispõe que a Administração Pública Estadual poderá adotar o credenciamento sempre que for conveniente e oportuna a prestação do serviço por meio de vários contratados.

10.1.4 A adoção do sistema de credenciamento como procedimento pré-contratual concede segurança ao contrato administrativo, pois estipula requisitos objetivos tendentes a assegurar que os particulares detêm, comprovadamente, condições de executar o objeto pactuado.

10.1.5 Nesse contexto, a Lei Estadual nº 9.090/2008 estatui que o setor responsável pelo credenciamento deve elaborar edital que especifique o objeto a ser contratado e fixe claramente os critérios e exigências mínimas à participação dos interessados, respeitado o princípio da impessoalidade.

10.1.6 A Secretaria da Fazenda publicou a Portaria nº 05-R, de 09 de janeiro de 2025, para estabelecer os requisitos necessários ao credenciamento de instituições bancárias para a prestação dos serviços de arrecadação das receitas do Estado do Espírito Santo.

10.1.7 Assim, as condições para a arrecadação das receitas do Estado pelas instituições bancárias estão objetivamente previstas na Portaria SEFAZ nº 05-R/2025, sendo permitido à Administração Pública celebrar contrato com todos os interessados que demonstrarem aptidão para tanto.

10.1.8 A Lei nº 14.133/2021 prevê em seu artigo 6º, inciso XLIII, a definição de credenciamento: "Processo administrativo de chamamento público em que a Administração Pública convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens para



que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem no órgão ou na entidade para executar o objeto quando convocados”.

10.1.9 A Lei nº 14.133/2021 também estipula, em seu artigo 74, inciso IV, que é inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento, dispondo, no artigo 79, inciso I, que o credenciamento poderá ser usado nas hipóteses de contratação paralela e não excludente, caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas, cujos procedimentos serão definidos em regulamento, observadas as regras gerais inseridas na Lei.

10.1.10 Dessa forma, para realizar o credenciamento e futura contratação, devem ser cumpridos os requisitos e o disposto na Portaria SEFAZ nº 05-R, de 09 de janeiro de 2025, Lei Estadual nº 9.090, de 23 de dezembro de 2008, e Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

10.1.11 O credenciamento em licitação é um procedimento que pode ser realizado para tornar o processo de contratação pública mais ágil e simplificado.

10.1.12 Algumas razões para realizar o credenciamento são:

10.1.12.1 Agilidade

10.1.12.1.1 O credenciamento pode ajudar a resolver burocracias que atrapalham as contratações públicas.

10.1.12.2 Diminuição de riscos

10.1.12.2.1 O credenciamento pode ajudar a diminuir os riscos envolvidos em uma contratação.

10.1.12.3 Abertura para o mercado

10.1.12.3.1 O credenciamento pode ajudar a abrir o mercado para que a Administração obtenha os resultados pretendidos.

10.1.13 O credenciamento é um processo administrativo de chamamento público em que a Administração Pública convoca interessados para prestar serviços ou fornecer bens. Os interessados que preenchem os requisitos necessários são credenciados e podem ser contratados quando convocados.

10.1.14 O credenciamento pode ser usado em diversas situações, como:

10.1.14.1 Quando não é viável escolher apenas um particular para suprir os interesses da Administração

10.1.14.2 Quando é vantajoso constituir um banco de fornecedores

10.1.15 Adota-se o credenciamento quando a Administração tem por objetivo dispor da maior rede possível de prestadores de serviços. Nessa situação, a inviabilidade de competição não decorre da ausência de possibilidade de competição, mas sim da ausência de interesse da Administração em restringir o número de contratados.

10.1.16 É regular a utilização do credenciamento em casos cujas particularidades do objeto a ser contratado indiquem a inviabilidade de competição, ao mesmo tempo em



que se admite a possibilidade de contratação de todos os interessados em oferecer o mesmo tipo de serviço à Administração Pública.

10.1.17 A inexigibilidade de licitação se justifica pelo fato de que toda e qualquer instituição que demonstre interesse em prestar o serviço de arrecadação e que satisfaça as condições previstas na Portaria SEFAZ nº 05-R de 2025, poderá se tornar um agente arrecadador. A intenção é aumentar a arrecadação espontânea e facilitar ao máximo o cumprimento das obrigações pelo contribuinte.

10.2 Das Condições de Execução

10.2.1 A execução do objeto será continuada, na modalidade de empreitada por preço unitário.

10.2.2 A justificativa para adoção da referida forma é por se referir a um credenciamento permanente com a contratação de serviços contínuos, com quantidade e valores totais estimados e valores unitários por item fixo, de acordo com normativo da SEFAZ/ES.

10.2.3 A CONTRATADO deverá assumir a responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços de arrecadação, assim como no que diz respeito ao acondicionamento das informações recebidas de acordo com as normas da Portaria SEFAZ nº 05-R, publicada no Diário Oficial de 13/01/2025, ou outra que venha substituí-la.

10.3 Das Exigências de Habilitação

10.3.1 Para fins de habilitação, o fornecedor deverá comprovar os requisitos descritos no Apêndice "I-A" deste Termo de Referência.

10.3.1.1 JUSTIFICATIVA DOS REQUISITOS DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Atender as condições estabelecidas pela Portaria SEFAZ nº 05-R, de 09 de janeiro de 2025, para seleção e credenciamento de Instituições Bancárias regularmente constituídas, para prestação de serviços de arrecadação das receitas em favor do Estado do Espírito Santo, e demais órgãos e entidades da administração direta e indireta, bem como das receitas em favor do Fundo Especial do Poder Judiciário - FUNPEJ, consoante os critérios, termos e condições estabelecidos na Portaria.

É importante manter canais presenciais à disposição do público, pois se verifica que muitos contribuintes utilizam esses canais e deixar de exigir agências físicas como critério para admissão de novos agentes arrecadadores pode prejudicar a continuidade desse importante canal de pagamento. Por esse motivo, se mantém necessária a exigência de que as instituições bancárias possuam 01 (uma) agência em, no mínimo,



Demonstra-se a memória de cálculo utilizada para estimar a contratação em comento no período de um exercício completo:

BRADESCO				
Canal de atendimento	Quantidade Anual	Valor pago por documento (R\$)	Valor pago total ano (R\$)	% Financeiro
QUANT. CAIXA	51.814	1,62	83.938,68	6%
QUANT. ELETRÔNICO	1.888.081	0,75	1.416.060,75	94%
QUANT. PIX	0	0,10	0	0%
TOTAL GERAL	1.939.895		1.499.999,43	100%

Demonstra-se a memória de cálculo para estimativa da despesa para o período total da contratação:

BRADESCO		
PERÍODO	VALOR (R\$)	VARIAÇÃO 5% (R\$)
ANO 1	1.500.000,00	75.000,00
ANO 2	1.575.000,00	78.750,00
ANO 3	1.653.750,00	82.687,50
ANO 4	1.736.437,50	86.821,88
ANO 5	1.823.259,38	91.162,97
TOTAL	8.288.446,88	
VALOR ESTIMADO PARA 5 ANOS		8.300.000,00



12 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento.

12.2 A contratação será atendida pelas seguintes dotações orçamentárias, as quais deverão ser ratificadas pelo Grupo de Planejamento e Orçamento (GPO) da SEFAZ:

Gestão/Unidade: 220101 – Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ);
Fonte de Recursos: 500 - Recursos não vinculados de Impostos;
Programa de Trabalho: 10.22.101.04.123.0050.2151 – Gestão Fiscal, Contábil e Financeira do Estado;
Elemento de Despesa: 339039 – Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica;
Plano Interno: Não definido.

Ou,

Gestão/Unidade: 220901 – Fundo de Modernização e Desenvolvimento Fazendário (FUNSEFAZ);
Fonte de Recursos: 759 - Recursos vinculados a fundos;
Programa de Trabalho: 10.22.901.04.123.0050.2151 – Gestão Fiscal, Contábil e Financeira do Estado;
Elemento de Despesa: 339039 – Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica;
Plano Interno: Não definido.

12.3 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 O Agente Arrecador poderá ter o contrato rescindido unilateralmente, independente das penalidades aplicáveis, quando infringir as normas da Portaria SEFAZ nº 05-R, de 09 de janeiro de 2025, e do Instrumento Contratual sob a égide da Lei 14.133/21.

14 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS



ANEXO I-A DO TERMO DE REFERÊNCIA

1 - Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

1.1 - Habilitação jurídica

1.1.1 - Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

1.1.2 - Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

1.1.3 - Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

1.1.4 - Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

1.1.5 - Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

1.1.6 - Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva e documentos do Representantes Legais e, se for o caso, de seus Procuradores.

1.2 - Habilitação fiscal, social e trabalhista

1.2.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

1.2.2 - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos



tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

1.2.3 - Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

1.2.4 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

1.2.5 - Prova de regularidade com a Fazenda Pública Municipal da sede da licitante.

1.2.6 - Prova de regularidade com a Fazenda Estadual (onde for sediada a empresa e a do Estado do Espírito Santo, quando a sede não for deste Estado).

1.2.7 - Caso o objeto contratual venha a ser cumprido por filial da licitante, os documentos exigidos neste item também deverão ser apresentados pela filial executora do contrato, sem prejuízo para a exigência de apresentação dos documentos relativos à sua matriz.

1.2.8 - Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

1.2.9 - O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

1.2.10 - Nos casos de microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas, não se exige comprovação de regularidade fiscal para fins de habilitação, mas somente para formalização da contratação, observadas as seguintes regras:

1.2.10.1 - A licitante deverá apresentar, à época da habilitação, todos os documentos exigidos para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que apresentem alguma restrição.

1.2.10.2 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal ou trabalhista, é assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, para a



regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

1.2.10.3 - O prazo a que se refere o item anterior poderá, a critério da Administração Pública, ser prorrogado por igual período.

1.2.10.4 - Em caso de atraso por parte do órgão competente para emissão de certidões comprobatórias de regularidade fiscal, ou trabalhista, a licitante poderá apresentar à Administração outro documento que comprove a extinção ou suspensão do crédito tributário, respectivamente, nos termos dos arts. 156 e 151 do Código Tributário Nacional, acompanhado de prova do protocolo do pedido de certidão.

1.2.10.5 - Na hipótese descrita no inciso anterior, a licitante terá o prazo de 10 (dez) dias, contado da apresentação dos documentos a que se refere o parágrafo anterior, para apresentar a certidão comprobatória de regularidade fiscal ou trabalhista.

1.2.10.6 - O prazo a que se refere o item anterior poderá, a critério da Administração Pública, ser prorrogado por igual período, uma única vez, se demonstrado pela licitante a impossibilidade de o órgão competente emitir a certidão.

1.2.10.7 - A formalização da contratação fica condicionada à regularização da documentação comprobatória de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos dos incisos anteriores, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções legais, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes e com elas contratar, observada a ordem de classificação, ou revogar a licitação.

1.3 - Qualificação Econômico-Financeira

1.3.1 - Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples;

1.3.2 - Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133/2021, art. 69, caput, e inciso II) ou certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar do procedimento licitatório, conforme Acórdão de Relação TCU 8271/2011-Segunda Câmara;

1.3.3 - Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

1.3.4 - Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);



$$ILG = \frac{ATIVO CIRCULANTE (AC) + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO (RLP)}{PASSIVO CIRCULANTE (PC) + PASSIVO NÃO CIRCULANTE (PNC)}$$

$$ISG = \frac{ATIVO TOTAL (AT)}{PASSIVO CIRCULANTE (PC) + PASSIVO NÃO CIRCULANTE (PNC)}$$

$$ILC = \frac{ATIVO CIRCULANTE (AC)}{PASSIVO CIRCULANTE (PC)}$$

1.3.5 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

1.3.6 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

1.3.7 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

1.3.8 Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

1.3.9 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (Lei nº 14.133/2021, art. 65, §1º).

1.3.10 O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

1.4 Qualificação Técnica

1.4.1 O art. 2º da Portaria SEFAZ nº 05-R, de 09 de janeiro de 2025, dispõe que as Instituições Bancárias poderão se credenciar desde que satisfaçam as condições estabelecidas no Edital de Credenciamento, bem como as seguintes condições:



I - estejam habilitadas pelo Banco Central do Brasil - BACEN, a funcionar com carteira comercial;

II - possuam 01 (uma) agência em, no mínimo, 50% dos municípios do Estado do Espírito Santo ou possuam, no mínimo, 01 (uma) agência em 70% dos Estados e Distrito Federal da Federação;

III - apresentem a relação de seus estabelecimentos, com a indicação dos respectivos endereços; e

IV - apresentem os documentos de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e de qualificação econômico-financeira estabelecidos no Edital de Credenciamento.

1.4.2 A documentação comprobatória para atendimento das condições exigidas no caput do art. 2º da Portaria nº 05-R de 2025, será estabelecida no Edital de Credenciamento, devendo ser encaminhada digitalmente, para a Gerência de Arrecadação e Cadastro – GEARC, por meio do Sistema de Gestão de Documentos Arquivísticos Eletrônicos - E-Docs, ou entregue, excepcionalmente, nas hipóteses previstas no Edital, no Protocolo Geral da Secretaria de Estado da Fazenda do Espírito Santo – Sefaz.

1.4.3 A documentação apresentada será analisada pelo agente de contratação e pela GEARC, que poderão, caso julguem necessário, promover diligências e solicitar informações adicionais para emissão do relatório conclusivo.

1.4.4 Sem prejuízo das demais exigências tratadas na Portaria, a Instituição Bancária interessada em se habilitar a arrecadar os créditos do Estado, ao assinar o contrato de prestação de serviços, passará a denominar-se Agente Arrecadador.

1.4.5 As Instituições Bancárias habilitadas, que forem consideradas aptas em relatório conclusivo emitido pela GEARC, passarão a constar de cadastro específico, podendo ser contratadas, após a realização e validação dos testes operacionais com o Agente Centralizador.

1.4.6 A tecnologia a ser adotada para a transferência de dados será definida pelo Agente Centralizador.

1.4.7 Os testes operacionais de que trata o Art. 3º da Portaria SEFAZ nº 05-R de 2025 deverão ser específicos para cada DUA, de acordo com os códigos de convênios atribuídos pela Federação Brasileira de Bancos – FEBRABAN

1.4.8 A Sefaz notificará às Instituições Bancárias que forem consideradas aptas a prestar os serviços objeto das normas de que trata a portaria e o Edital de Credenciamento, após publicação do resultado do credenciamento, para celebração do Contrato.



GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria da Fazenda



GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria da Fazenda



1.4.9 A documentação acima exigida deverá ser entregue, nos horários de atendimento ao público, de 8 às 18 horas, de 2ª a 6ª feira, ao Agente de Contratação e respectiva Equipe de Apoio, na Secretaria de Estado da Fazenda, sito à Avenida João Batista Parra, nº 600, Ed. Aureliano Hoffman, Enseada do Suá, Vitória/ ES ou enviadas para o e-mail licitacao@sefaz.es.gov.br.

1.4.10A documentação apresentada será analisada pelo Agente de Contratação e Equipe de Apoio, que poderá, caso julgue necessário, promover diligências e solicitar informações adicionais para emissão de relatório.



Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

LILIANE BORGES FERREIRA
SUPERVISOR AREA FAZENDARIA
GEARC - SEFAZ - GOVES
assinado em 11/03/2025 14:27:59 -03:00

GEOVANI DO NASCIMENTO BRUM
GERENTE QCE-03
GEARC - SEFAZ - GOVES
assinado em 11/03/2025 14:32:03 -03:00

LUCIENE VIEIRA ANDRADE
CHEFE EQUIPE FAZENDARIA
GABSEC - SEFAZ - GOVES
assinado em 11/03/2025 14:34:17 -03:00

THIAGO DUARTE VENÂNCIO
SUBSECRETARIO ESTADO RECEITA
SUBSER - SEFAZ - GOVES
assinado em 11/03/2025 14:45:16 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 11/03/2025 14:45:17 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por LILIANE BORGES FERREIRA (SUPERVISOR AREA FAZENDARIA - GEARC - SEFAZ - GOVES)
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2025-5PKNMQ>



ANEXO II – PROPOSTA COMERCIAL



Osasco/SP, 7 de março de 2025

PROPOSTA COMERCIAL

À Secretaria de Estado da Fazenda
Ref.: Credenciamento SEFAZ-ES/Nº 001/2025

Ilmo. Senhores,

Compõem nossa proposta os seguintes anexos:

- 1 Proposta Comercial Detalhada, com a indicação do preço unitário de cada item e do preço global;
- 2 Documentos exigidos para a habilitação; e
- 3 Dados Complementares para assinatura do contrato.

O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

Os preços ora propostos incluem todas as despesas diretas, indiretas, benefícios, tributos, contribuições, seguros e licenças de modo a se constituírem à única e total contraprestação pelo fornecimento dos itens.

Atenciosamente.

2025-JZ4VIZ - E-DOCS - CÓPIA SIMPLES 07/03/2025 12:02 PÁGINA 1 / 3

2025-CLJHZN - E-DOCS - CÓPIA SIMPLES 19/03/2025 09:47 PÁGINA 50 / 53



Osasco/SP, 7 de março de 2025

PROPOSTA COMERCIAL DETALHADA

À Secretaria de Estado da Fazenda
Ref.: Credenciamento SEFAZ-ES/Nº 001/2025

O **Banco Bradesco S.A.**, inscrito no CNPJ sob o nº 60.746.948/0001-12, sediada na Rua Benedito Américo de Oliveira, SN – Vila Yara Núcleo Cidade de Deus, Osasco/SP, telefone: (11) 3684-3175, através dos seus representantes legais a **Sra. Daniela Sampaio de Souza Oyadomari**, Supervisor Suporte Administrativo, casada, brasileira, portadora do RG nº 586612203 - SSP/BA e CPF * 899.887.795-34 e a **Sra. Eliete Maria Martins de Souza**, Analista Negócios Poder Público Pleno, casada, brasileira, e-mail: eliete.souza@bradesco.com.br portadora do RG nº 22.120.485-4 – SSP/SP e CPF nº 294.021.648-71, por meio de seu representante legal, devidamente autorizado com base nos documentos acostados a esta carta, os quais comprovam seus poderes de representação da pessoa jurídica para formalizar negócios, manifesta seu interesse em credenciar-se perante esta Administração para prestar os seguintes serviços:

GRUPO	ITENS	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO CANAIS DE ATENDIMENTO	UNID.	SIGA	CATSERV	QUANT.	VR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	1	Eletrônico (autotendimento, Internet, home office banking e mobile).	Serviço	273476	13811	10.447.383	0,75	7.835.537,25
	2	Correspondente bancário da instituição credenciada.	Serviço	273476	13811	286.705	1,62	464.462,10
VALOR TOTAL ESTIMADO PARA 5 (cinco) ANOS :						8.299.999,35		

2025-JZAVDZ - E-DOCS - CÓPIA SIMPLES 07/03/2025 12:02 PÁGINA 2 / 3

DANIELA SAMPAIO DE
SOUZA
OYADOMARI8098877953
4

Anulado de forma digital por
DANIELA SAMPAIO DE SOUZA
OYADOMARI80988779534
Versão do Adobe Acrobat
Reader: 2025.008.20533

BANCO BRADESCO S.A.

ELIETE MARIA MARTINS
DE
SOUZA:29402164871

Anulado de forma digital por ELIETE
MARIA MARTINS DE SOUZA:29402164871
Versão do Adobe Acrobat Reader:
2019.010.20098

Daniela Sampaio de Souza Oyadomari
Supervisor Suporte Administrativo

Eliete Maria Martins de Souza
Analista Negócios Poder Público Pleno



**GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO**

Secretaria da Fazenda



**Receita
Estadual ES**



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 19/03/2025 09:47:36 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por MARIA JULIA MOURÃO OTTONI (TERCEIRIZADO - SUGEC - SEFAZ - GOVES)
Valor Legal: CÓPIA SIMPLES | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2025-CLJHZN>